

A votação do Orçamento

Não há matéria mais importante para ser votada ainda este ano pelo Congresso Nacional do que o Orçamento da União para 1991. E a julgar pelas declarações do relator-geral da Comissão Mista do Orçamento, deputado João Alves, feitas a este jornal, os trabalhos estão atrasados e os relatores setoriais, salvo exceções, não estão de conformidade com os prazos e as diretrizes aprovadas no relatório preliminar pela própria Comissão.

Trata-se de uma questão de grande relevância, pois não há governo que consiga administrar adequadamente o poder Executivo sem que o Orçamento da União esteja aprovado conforme as normas constitucionais e legais em vigor. Se é verdade que o próprio Executivo muitas vezes não colabora, enviando projeções errôneas no projeto do Orçamento e até oferecendo informações equivocadas, quando procurado pelos relatores setoriais, de outro lado os deputados e senadores têm de dedicar o máximo de atenção à matéria orçamentária, para que o País seja governável.

As colocações do relator-geral do Orçamento, que é uma personalidade reconhecida como profunda conhecedora da matéria, merecem reflexão por parte

de seus pares na Comissão Mista. Ainda mais que o tempo corre, de acordo com a letra constitucional, o Congresso não pode entrar em recesso sem antes fazer aprovar a Lei de Meios para 1991.

Se há relatores setoriais que não estão cumprindo os prazos, cabe ao presidente da Comissão Mista fazer as advertências necessárias, a fim de que o Orçamento venha a ser conhecido, discutido e votado no plenário da própria Comissão — e no âmbito do Poder Legislativo — dentro do prazo legal. Quanto aos settores do Executivo que dão assessoria, cabe-lhes a tarefa importante de fornecer as informações corretas, a fim de que o Orçamento de 1991, além de legalmente dentro da Constituição, seja também uma peça tecnicamente perfeita, capaz de fornecer os recursos necessários ao pleno funcionamento dos três poderes da República.

As colocações do relator-geral João Alves merecem ser examinadas pelos membros da Comissão Mista, pois partem de um parlamentar experiente na questão orçamentária e certamente imbuido do propósito de contribuir, da melhor forma possível, para o bom equacionamento das contas públicas relativas ao próximo exercício.